

Boletim Número 52**Data: Julho-Agosto-Setembro/2011****EDITORIAL**

O quinquagésimo segundo número do Boletim PROEALC chega a público comemorando a eleição do PROEALC para o Conselho Organizações da Sociedade Civil de Direitos Humanos (segmento ACADÊMICO ou CIENTÍFICO). Ressaltamos que o Programa foi a entidade mais votada para o referido Conselho. Apresentamos neste boletim um artigo em destaque sobre o tema.

Este boletim trás importantes artigos de opinião nas colunas *Em Foco*, tais como: “Para onde vão as multidões?”, de Gilberto Maringoni, que traz uma significativa avaliação sobre os protestos no Oriente Médio, na Europa e no Chile; no texto “Por que lutam os estudantes chilenos”, João Peres apresenta uma análise das reivindicações do movimento estudantil no Chile; o jornalista Eric Nepomuceno, no artigo “México: Retrato de um país desamparado”, realiza uma análise conjuntural da crise eleitoral no México; posteriormente apresentamos uma entrevista com o advogado dos movimentos sociais de moradia de São Paulo, Benedito Barbosa; e por fim registramos a solenidade em homenagem aos 90 anos do educador Paulo Freire, que ocorreu na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em agosto de 2011.

A equipe do PROEALC colaborou também neste número, nas colunas *Espaço Aberto*, através da confecção de 3 (três) artigos inéditos sobre os temas pesquisados, a saber: “Para além da Juíza – avança o Estado de Polícia” que analisa o significado do envolvimento da polícia em assassinatos no Estado do Rio de Janeiro, em especial no caso da Juíza Patrícia Acioli; o texto “Trabalho escravo em confecções de São Paulo” que analisa o trabalho escravo contemporâneo em áreas urbanas, a partir das denúncias do caso das lojas Zara; e o artigo “(Des)aparecimento de Juan: a ponta do *Iceberg*” que desnuda a permanência do autoritarismo e das violações dos Direitos Humanos, nos casos de desaparecimentos, desde a ditadura aos dias atuais.

Registramos também que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos com temas afins à linha editorial deste boletim e indicações sobre lançamentos de livros, com destaque para título “Cultura Política e ditadura Militar no Brasil: o simulacro do pensamento político de militares e tecnocratas no pós-1964”, da Profa. Dra. Silene de Moraes Freire, Coordenadora do PROEALC.

Desejamos boa leitura para todos e todas.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Andreia Carvalho
Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Servidora Técnico-Administrativa – PROEALC/CCS/UERJ

Anísio Borba
Graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Bolsista – PROEALC/CCS/UERJ

Destaque

Conselho de defesa dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro já está formado

Eleição escolheu as 18 entidades da sociedade civil que vão compor o conselho

O dia 29 de julho ficou marcado na luta da promoção e defesa dos direitos humanos no estado do Rio de Janeiro com a escolha das 18 entidades da sociedade civil que vão integrar o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Elas vão se juntar às secretarias de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos; a da Casa Civil; a de Segurança Pública; a de Administração Penitenciária; a de Saúde e Defesa Civil; a de Educação e a de Ambiente, além do Ministério Público; da Ordem dos Advogados do Brasil; do Tribunal de Justiça; da Defensoria Pública e da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa.

“Trata-se de uma conquista histórica para o Estado do Rio de Janeiro, cuja população há muito esperava a implantação do seu Conselho de Defesa dos Direitos Humanos. Institucionaliza-se a participação popular na formulação e controle das políticas públicas de direitos humanos, rumo à concretização de uma democracia participativa”, declarou a superintendente de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, Andréa Sepúlveda, da SEASDH.

A implantação do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos foi recebida com euforia pelas organizações:

“Este é o início de uma nova era para os familiares vítimas de violência. O conselho se torna uma referência palpável já que, agora, teremos o direito à fala. Eu tenho uma luta de 16 anos e a nossa voz nunca foi ouvida. Espero que, a partir de agora, possa ser”, Regina Célia, Movimento Mães da Cinelândia.

“Ter sido escolhido por outras instituições para participar do conselho é o reconhecimento pela luta em defesa dos Direitos Humanos. O conselho se torna ainda mais importante, pois a sociedade civil se torna parceira do Estado para lutar contra as arbitrariedades que são cometidas”, José Carlos Brasileiro, Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela.

“É importante ter de fato uma política estadual de promoção e defesa dos Direitos Humanos. Com a participação da sociedade civil passamos a ter mais força já que a discussão se torna diversificada com uma composição multidisciplinar”, Clayse Moreira, Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião.

Veja abaixo a listagem completa das 18 entidades que integram o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro:

Organizações da Sociedade Civil de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (segmento GENÉRICO):

- Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela (33 votos)
- Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (33 votos)
- Movimento de Mulheres em São Gonçalo (32 votos)
- Instituto de Defensores de Direitos Humanos (29 votos)
- Humanitas Direitos Humanos e Cidadania (29 votos)
- Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência (29 votos)
- Movimento Popular de Favelas (29 votos)
- Instituto de Estudos da Religião (ISER) (27 votos)
- Viva Rio (27 votos)
- Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção (27 votos)
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (25 votos)
- Movimento Mães da Cinelândia (25 votos)
- Observatório de Favelas (24 votos)

Organizações da Sociedade Civil de Direitos Humanos (segmento ACADÊMICO ou CIENTÍFICO):

- Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC) (45 votos)
- Laboratório de Análise da Violência – UERJ (42 votos)

Organizações da Sociedade Civil de Direitos Humanos (segmento ENTIDADE DE CLASSE ou SINDICATO):

- Conselho Regional de Psicologia (37 votos)
- Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (34 votos)
- Conselho Regional de Serviço Social (31 votos)

Em Foco I

Para onde vão as multidões?

Protestos no Oriente Médio, na Europa e no Chile têm como motivação principal a disputa por quem paga a conta da crise mundial. Mas as generalizações param por aí. Há especificidades importantes em cada país. Acima de tudo é preciso atentar para o sentido das manifestações

Gilberto Maringoni

O ano de 2011 pode ficar marcado como aquele em que as multidões voltaram às ruas de forma vigorosa em diversas partes do mundo. O ano começou com o levante na Tunísia, que derrubou o presidente Ben Ali, passou pelas maciças concentrações na praça Tahrir, que culminaram com a queda de Hosni Mubarak e espalharam-se pela Argélia, Iêmen, Bahrein, Kwait e alcançaram Israel. A Líbia não entra na conta, pois o aspecto dominante na queda de Kadafi não foram inquietações internas, mas a invasão da OTAN. Milhões também se mobilizaram na Grécia, Espanha, Islândia, Portugal e Inglaterra. No Chile, após mais de dois meses de enormes protestos, os trabalhadores se uniram aos estudantes e deflagraram uma inédita greve geral, com a participação de diversas categorias profissionais.

Desde 1968 o mundo não assistia uma onda de levantes e marchas populares de tamanha envergadura. Ao mesmo tempo, apesar da proximidade no tempo, é difícil falar em “onda global” de protestos. Avaliar que imensos contingentes decidiram “votar com os pés”, numa expressão de Lênin, em protesto contra a “globalização neoliberal” é uma generalização de pouca valia. Em última instância tudo pode ser debitado no grande cesto da crise internacional, da pauperização acelerada da população e da submissão dos governos ao chamado “mercado”.

No entanto, mais do que nunca, olhar para os detalhes é fundamental. Até porque os países atingidos são muito distintos entre si.

Periferia e centro

As reações populares atingiram a periferia e o centro do sistema. Há diferenças mesmo entre os países do Oriente Médio. O Egito (84 milhões de habitantes, PIB de US\$ 579 bilhões, PIB per capita de US\$ 7,2 mil e 101º. no IDH-ONU) e a Tunísia (10,5 milhões de habitantes, PIB de US\$ 53,2 bilhões, PIB per capita de US\$ 5 mil e 81º. no IDH-ONU) são países pobres, com alta concentração de renda e socialmente instáveis. A Espanha (47 milhões de habitantes, PIB de US\$ 1,48 trilhões, PIB per capita US\$ 32 mil, 20º. no IDH ONU) e a Inglaterra (51 milhões de habitantes, PIB de US\$ 2,27 trilhões, PIB per capita US\$ 39,5 mil e 28º no IDH ONU) representam o chamado “mundo rico”. Israel (7,5 milhões de habitantes, PIB US\$ 210 bilhões, PIB per capita de US\$ 28 mil e 15º no IDH ONU) e Grécia (12 milhões de habitantes, PIB de US\$ 310 bilhões, PIB per capita de US\$ 27 mil e 22º no IDH ONU) apresentam formalmente indicadores próximos aos da Europa Ocidental. Todos os dados têm por fonte o FMI (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/weodata/download.aspx>) e a ONU (http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2010_PT_Tables_reprint.pdf).

Na Tunísia e no Egito, o empobrecimento das maiorias, com altíssimas taxas de desemprego, foi rapidamente associado às antigas ditaduras locais. Na Grécia, o alvo visível foi o Parlamento. Na Espanha, aconteceu o fenômeno mais preocupante: após gigantescas manifestações que se arrastaram por várias semanas nas grandes cidades, a direita venceu as eleições municipais de 22 de maio. O Partido Popular obteve 37,58% dos votos contra 27,81% dos votos do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), de José Luiz Zapatero. 33,7% dos eleitores não foram votar, o que equivale a cerca de 11 milhões de pessoas. Madri, entre outras, agora está nas mãos de conservadores que não escondem suas simpatias pela ditadura franquista (1938-75). Vários ativistas fizeram campanha pelo direito de não votar, como forma de protesto.

No caso inglês, os protestos aconteceram em regiões pobres da capital e de grandes cidades, com forte concentração de imigrantes. Ali o quadro se configura como uma grande catarse social diante de uma situação de precarização prolongada.

Forças organizadas

Nas ditaduras do Oriente Médio, os longos anos de repressão impediram o surgimento de forças populares organizadas de grande envergadura.

Expressão disso é que a formidável ebulição da praça Tahrir não apresentava lideranças claras. Um dos que buscou, sem sucesso, ficar a cavaleiro da situação foi o diplomata Mohamed El Baradei, de regresso ao país depois de três décadas no exterior. Como o Facebook foi um dos meios de comunicação dos rebeldes, chamaram até o representante local da rede social para falar à multidão. Entre outras organizações, a Irmandade Muçulmana foi acusada de estar por trás de tudo. Nenhum dos três atores parecia representar uma síntese orgânica da rebelião. Mesmo assim, multidões voltaram à praça nas últimas semanas.

O caso egípcio e o espanhol foram saudados por alguns como exemplo de mobilização horizontal, sem burocracias partidárias ou sindicais a tirar proveito da situação. O que parece ser uma vantagem tem se afigurado como problema. O viés contra a política institucional, no caso espanhol é claro. O desgaste dos partidos políticos – imersos em financiamentos milionários de campanha que atrelam governos cada vez mais a interesses privados – afasta o debate de alternativas reais às disputas sociais.

Socialismo conservador

O que seria um hipotético partido de esquerda, o PSOE, aplica desde os anos 1980 as medidas ultraliberais na Espanha com maior afinco que a direita tradicional. Daí o desalento e o afastamento da juventude em relação à política institucional. Várias das demandas clamam por uma democracia direta, acima de partidos e organizações tradicionais. Nunca parece ter sido tão grande a distância entre as ruas e o poder político, formalmente democrático.

Apesar do viés preocupante, não há dúvidas que as mobilizações têm representado enorme alento em um continente tomado por governos de direita e socialmente regressivos.

Uma lógica política institucionalizada só é mudada em casos extremos de rupturas por forças que se sobreponham ao status quo. Apesar da palavra “revolução” ter sido usada à exaustão para classificar os eventos árabes e europeus, não parece haver nada lá que se aproxime de algo dessa magnitude.

Diferencial chileno

O caso chileno parece ter certa distinção em relação aos anteriores. Isso se dá não apenas pela impressionante envergadura das atividades, mas por seu grau de organização. Não se trata mais de jornadas estudantis, mas de uma onda de protestos que passou a envolver a maioria dos trabalhadores urbanos, com forte apoio da opinião pública. A expressão disso foi a greve geral de 24 e 25 de agosto.

Na cabeça das agitações estão a Federação de Estudantes do Chile (Fech) e entidades do funcionalismo público (dirigidas majoritariamente pelo Partido Comunista) e a Central Unitária dos Trabalhadores (hegemonizada pelo Partido Socialista). Vale notar que a CUT sofreu, nos últimos anos, um processo de divisões e defecções por conta de seu apoio aos governos da Concertação (aliança PS-Democracia Cristã), que dirigiu o país entre 1990 e 2010 e deixou intocadas as estruturas econômicas da ditadura pinochetista

(1973-89). A adesão da Central às manifestações, demandando mudanças na legislação trabalhista da ditadura, é também uma forma de superar seus desgastes.

O que era inicialmente um protesto contra altas taxas das universidades, todas particulares, se transformou em demanda contra a privatização dos serviços públicos e contra a crescente desigualdade social. Com 17 milhões de habitantes, PIB de US\$ 162 bilhões, PIB per capita de US\$ 9,5 mil e 44º lugar no IDH da ONU, o Chile é um dos que apresenta menor investimento público em saúde (2,2%) na América do Sul. O desemprego atingiu o pico de 9,7% em 2009.

Nada indica que o Chile fará uma revolução a partir das manifestações. A marca distintiva é que elas parecem concentrar suas energias nas organizações existentes e consegue potencializar a força dos protestos.

Limites do espontaneísmo

É sempre bom lembrar a história brasileira dos anos 1980-90 para ver as possibilidades da organização política e social e os limites das manifestações espontâneas e com demandas vagas, saudadas por alguns como “democráticas” e “não burocráticas”.

O Brasil dos anos 1980 assistiu às maiores mobilizações de massa de sua história. O movimento estudantil, as greves operárias e as Diretas Já geraram saldos organizativos que se materializaram na construção de partidos de esquerda – PT incluído – entidades democráticas – UNE, CUT, MST entre outras – e mudanças sensíveis expressas na Constituição de 1988. Não se discute aqui o transformismo conservador vivido por parcela desses organismos nos anos recentes. Havia demandas claras por democracia e conquista de direitos sociais, em boa medida vitoriosas.

No início da década seguinte, multidões voltaram às ruas. Dessa vez, o alvo eram os desmandos do governo Collor. A voz das ruas falou mais alto e o presidente teve de renunciar em 2 de outubro de 1992. No dia seguinte, houve eleições municipais em todo o país. Em São Paulo, a população deu vitória ao candidato da direita, Paulo Maluf, que enfrentava Eduardo Suplicy, do PT, agremiação que estivera à frente dos protestos. Guardadas as proporções, Collor e Maluf eram expressões do mesmo projeto político.

Os resultados eleitorais ainda suscitam polêmicas. Mas no centro estava o fato de a campanha contra Collor foi realizada com base num moralismo anticorrupção que, embora indignasse a população, não deixou saldos políticos. Sobre o projeto ultraliberal do governo, quase nada foi dito.

No Oriente Médio governos foram derrubados e na Europa os indignados podem voltar a marchar. Tomara que a disputa entre no decisivo terreno da política.

Gilberto Maringoni, jornalista e cartunista, é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) e autor de “A Venezuela que se inventa – poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez” (Editora Fundação Perseu Abramo).

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5175

Em Foco II

Por que lutam os estudantes chilenos

O momento coloca em xeque a visão de um “Chile-maravilha”, comprada por parte da sociedade brasileira e dos países ricos. Os estudantes querem colocar a nu um sistema educacional que consideram desigual e excludente. A conta que hoje se cobra foi apresentada pela primeira vez em 2006, quando centenas de milhares de estudantes secundaristas foram às ruas, na chamada Revolta dos Pinguins. O que se queria era o fim da municipalização do ensino, o fim do lucro nos colégios privados, a gratuidade da prova de seleção universitária e a anulação da lei do período Pinochet, que criava as várias categorias de escolas.

João Peres - Rede Brasil Atual

São dias pouco agradáveis para o presidente do Chile, Sebastián Piñera. Além de ter sido obrigado a anunciar medidas para tentar frear os movimentos, ele enfrentou segunda-feira (11), protestos dos trabalhadores do setor mineral, principal atividade econômica nacional. Os operários querem garantias de que não haverá privatização da Codelco, a estatal do cobre.

O momento coloca em xeque a visão de um “Chile-maravilha”, comprada por parte da sociedade brasileira e dos países ricos. Os estudantes querem colocar a nu um sistema educacional que consideram desigual e excludente.

“O crescimento do mercado de educação superior fez com que aparecessem muitas diferenças entre os estudantes e entre as instituições”, afirma Germain Dantas, presidente da Federação de Estudantes da Universidade Federico Santa Maria, uma instituição privada de Valparaíso, e integrante da Confederação de Estudantes do Chile. “Há um uso maciço de recursos que não assegura a qualidade.”

Ele refere-se ao sistema adotado durante a ditadura de Augusto Pinochet (que governou de 1973 a 1990). No início da década de 1980, o governo decidiu promover a abertura ao modelo privado de educação. A visão era de que a criação de uma rede particular forte provocaria uma melhoria das escolas públicas. A lógica era simples: receberiam mais financiamento as unidades que conseguissem atrair mais estudantes, supondo-se que uma quantidade maior seria a consequência de um ensino de mais qualidade.

Os alunos passaram a escolher. Se quisessem seguir em uma escola pública, poderiam. Se quisessem migrar ao ensino privado, receberiam uma espécie de vale-educação, ou seja, a escola é subsidiada por cada estudante que recebe. “Em vez de funcionar como um instrumento para acabar com a desigualdade, a educação se transformou em um elemento para reproduzi-la”, lamenta Jaime Gajardo, presidente do Colégio de Professores do Chile, entidade que reúne 100 mil docentes de todos os níveis educacionais.

No sistema universitário, a situação se complicou ainda mais. Tanto nas instituições públicas quanto privadas é preciso pagar matrículas e mensalidades. Os juros fazem com que as dívidas, que inicialmente vão do equivalente a R\$ 10 mil a R\$ 15 mil, atinjam valores quatro ou cinco vezes maiores. Até esta semana, mesmo quem perdia o emprego deveria seguir pagando o crédito educacional.

Herança

Esta é uma das questões centrais: a Concertação, aliança de partidos que governou o Chile da redemocratização até o ano passado, não fez esforços para reformar o sistema. Pelo contrário, criou medidas na tentativa de aperfeiçoá-lo, acreditando que juros um pouco mais baixos ou um número maior de bolsas resolveriam a questão. “Hoje em dia estamos vendo as consequências disso. Você reforma algumas coisas, mas não muda o substancial. Ao não mudar o substancial, os problemas remanescentes explodem, afloram inevitavelmente”, diz Gajardo.

A conta que hoje se cobra foi apresentada pela primeira vez em 2006, quando centenas de milhares de estudantes secundaristas foram às ruas, na chamada Revolta dos Pinguins. O que se queria era o fim da municipalização do ensino, o fim do lucro nos colégios privados, a gratuidade da prova de seleção universitária e a anulação da lei do período Pinochet, que criava as várias categorias de escolas. A presidenta Michelle Bachelet aceitou convocar uma comissão que, no fim das contas, não deu espaço às reivindicações centrais dos jovens.

O movimento volta agora e, segundo lideranças da mobilização, vê com total descrédito uma solução negociada entre Executivo e Legislativo. “Isso não terá solução na política tradicional. Estamos reivindicando uma série de saídas que não estão previstas na política tradicional, como o plebiscito, que são medidas mais democráticas e que incluem a sociedade”, avisa o estudante Dantas.

Pagando o pato

Piñera havia avisado que este seria o ano da educação. Os estudantes foram às ruas reforçar a mensagem. Cientes de que o caminho do presidente era o de incentivo ao atual modelo, acharam melhor deixar claro que acreditam na ruptura e na formulação de um novo sistema. Quis a soma de fatores que o cansaço se tornasse público e vasto durante o governo conservador.

Em uma demonstração de pouca habilidade política, o ministro da Educação, Joaquín Lavín, determinou, pouco antes da segunda jornada de protestos por todo o país, que as escolas tomadas por estudantes antecipssem as férias de meio de ano. Ele próprio admitia que eram 206 unidades apenas na região metropolitana de Santiago.

“O ano escolar significa um certo número de horas de classes que devem ser respeitadas. Está em jogo também o subsídio que têm de receber os colégios e seus mantenedores”, ameaçava, indicando também que os estudantes teriam aulas até janeiro para repor o atraso caso não respeitassem a medida.

A resposta foi simples. Dois dias depois, o Chile assistiu à sua maior manifestação em quase três décadas. Em um protesto bem humorado, os alunos sugeriram que Lavín tomasse “o caminho da praia”, uma alusão a um pedido de demissão.

Secundaristas e universitários consideram que o ministro não tem mais condições de negociar uma solução para a crise. “É uma jogada política extremamente maquiavélica. Não resolve. É má política. (Nós) nos opomos a isso, assim como os estudantes secundários, afetados por essa medida, recusaram cumpri-la e seguem mobilizados”, afirma Dantas.

Piñera assumiu a negociação em pronunciamento em cadeia de rádio e TV na última semana. Anunciou um pacote de medidas no valor de US\$ 4 bilhões (R\$ 6,3 bilhões) para tentar encontrar uma solução. Prometeu aumentar o número de bolsas aos mais pobres e reduzir os juros de financiamento das universidades.

Não se comprometeu, no entanto, com as causas centrais: o fim da municipalização, ou seja, dar um novo caminho ao ensino em 40% das escolas do país; acabar com o sistema que dá ao país uma formação desigual e voltada exclusivamente ao mercado, deixando de lado a formação cidadã; e a estatização do ensino universitário. Como Bachelet em 2006, Piñera corre o risco de ver o movimento crescer.

“Há diferentes visões de como deve ser a educação. Há que se abrir a todas essas visões, e que se realize um plebiscito para definir qual a visão que vai prevalecer. Não pode seguir o que se vê hoje em dia, que é um governo que quer impor sua visão a todo o resto da sociedade”, pondera Gajardo.

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18063

Em Foco III

México: Retrato de um país desamparado

Em 2012 haverá eleições presidenciais no México. E todos apostam na volta do PRI. O fim do regime de partido único foi breve, foi frágil, foi decepcionante. E, com Calderón, deixa um rastro de pelo menos 40 mil mortos, numa espiral de violência sem fim. O que aconteceu em Monterrey foi muito mais do que um acerto de contas entre os cartéis do narcotráfico e os controladores de cassinos que se negam a se deixar extorquir. Foi um retrato cruel e sangrento do cotidiano vivido por um país desamparado. O artigo é de Eric Nepomuceno.

Eric Nepomuceno, da Cidade do México

Monterrey está a uns 900 quilômetros ao norte da Cidade do México, e a 200 da fronteira com o Texas. É a capital do estado de Nuevo León, responsável por quase 8% do PIB mexicano. Uma cidade grande, orgulhosa de sua riqueza, de seus mecenas das artes, que sempre se prezou por ser segura, moderna, confiável. Abriu museus com acervos formidáveis, lançou sofisticados jornais de circulação nacional, convocou concursos

generosos para patrocinar artistas, enfim, fez de tudo para mudar sua imagem de lugar frio e preocupado apenas com dinheiro e dinheiro. Assim era a cidade que queria ser e parecer mais próxima aos Estados Unidos que ao resto do país.

Assim era até cinco anos atrás. Esse tempo acabou: de lá para cá, Monterrey entrou na dura realidade vivida pelo México desde que o presidente Felipe Calderón decidiu declarar guerra aberta contra o narcotráfico.

Na quinta-feira passada, Monterrey foi cenário de um ato de brutalidade que chocou o país inteiro. Pouco antes das quatro da tarde uns dez homens desceram de um vistoso Mini-Cooper e de duas vans vulgares e entraram no Cassino Royale, um gigantesco centro de jogatina, onde havia umas trezentas pessoas. Começaram a disparar suas metralhadoras para o alto, enquanto gritavam a todos que saíssem. Em seguida jogaram a gasolina de vários galões sobre mesas de jogo e máquinas traga-níqueis, e puseram fogo. A ação durou menos de três minutos, e foi feita com total desfaçatez: todos sabiam que estavam sendo filmados. Resultado: 53 mortos, dos quais 42 eram mulheres. Sete dos mortos foram calcinados. Os outros morreram asfixiados ou pisoteados. As saídas de emergência estavam trancadas com cadeado.

Ninguém acredita que seja possível debelar o prejuízo causado por esse atentado no governo do presidente Felipe Calderón. Na verdade, o México não agüenta mais tanta violência. E, pior, não vê saída.

Como resposta ao que chamou de ato terrorista, Calderón decretou luto oficial e nacional de três dias. Em seguida, lançou uma dura acusação contra os Estados Unidos. Disse o que todo mundo sabe: o México trava uma luta inglória, e nesse teatro macabro o país entra com os mortos e o vizinho entra com os consumidores de drogas. afirmou que enquanto as autoridades dos Estados Unidos não conseguirem controlar o consumo em seu território, nada do que o México fizer terá resultado.

Num tom surpreendente, Calderón disse, em sua mensagem dirigida ao governo e ao Congresso dos Estados Unidos, que “você também são responsáveis”. E foi além: “Se estão decididos e resignados a consumir drogas, procurem alternativas de mercado que acabem com os estratosféricos lucros dos criminosos, ou estabeleçam pontos de acesso diferentes da fronteira com o México, porque esta situação não pode continuar”.

É um beco sem saída, e Calderón sabe disso. Assim que assumiu a presidência depois de uma eleição polêmica – a diferença sobre o candidato de esquerda foi inferior a 2% dos votos apurados, e isso, num país que tem a fraude por tradição eleitoral, fez dele um presidente frágil de saída – Calderón tentou se legitimar lançando uma guerra total contra os cartéis das drogas que, com o desmantelamento dos grandes grupos colombianos na década de 90, passaram a ser os maiores fornecedores para o maior mercado do mundo, o dos Estados Unidos (85% da cocaína e da heroína consumidas no vizinho passa pelo México). Volta e meia, quando criticado pela violência desmedida, Calderón esgrime números sonoros da quantidade de armas e drogas apreendidas. Só não diz que o volume que entra em território norte-americano continua crescendo, na base de 5% ao ano.

Por onde quer que se olhe, o que se vê no México é um misto de indignação com a violência sem fim, e de frustração sem remédio com o governo. Calderón fez de tudo para se legitimar e, ao mesmo tempo, não desagradar os Estados Unidos. Em vão.

Foi o segundo presidente eleito pelo PAN – Partido de Ação Nacional – depois de mais de meio século de poder nas mãos do PRI, o Partido Revolucionário Institucional, transformado em modelo de corrupção, abuso e impunidade.

Em 2012 haverá eleições presidenciais no México. E todos apostam na volta do PRI. O fim do regime de partido único foi breve, foi frágil, foi decepcionante. E, com Calderón, deixa um rastro de pelo menos 40 mil mortos, numa espiral de violência sem fim. O que aconteceu em Monterrey foi muito mais do que um acerto de contas entre os cartéis do narcotráfico e os controladores de cassinos que se negam a se deixar extorquir. Foi um retrato cruel e sangrento do cotidiano vivido por um país desamparado.

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18342

Em Foco IV

“Até 2014 temos muitas frentes de luta”, entrevista com Benedito Barbosa* advogado da união dos movimentos de moradia de São Paulo.

Alguém precisa ser O advogado Benedito Barbosa fala sobre a agressão que sofreu da Polícia Militar e das principais reivindicações dos movimentos de moradia de São Paulo

**Aline Scarso,
Da redação – 25/08/2011**

O uso da força policial contra trabalhadores e movimentos sociais e populares, principalmente durante protestos, não é nenhuma novidade. Aos 51 anos, o advogado da União dos Movimentos de Moradia, Benedito Barbosa, é mais uma das vítimas da truculência de integrantes da Polícia Militar de São Paulo.

Dito, como é conhecido, perdeu o ar depois de receber uma “gravata” de um policial militar no dia 29 de julho, durante uma reintegração de posse de um prédio particular abandonado, na Alameda Nothmann, número 280. A agressão foi registrada por uma rede de televisão que estava no local (veja o vídeo).

O advogado tentava se comunicar com famílias, que se negavam a desocupar o local. Depois de jogar uma sacola de pão por uma janela para que os resistentes, incluindo crianças, se alimentassem, Dito foi repreendido, agarrado pelo pescoço e acabou detido no 77º Departamento de Polícia, no bairro Campos Elíseos, em São Paulo (SP).

O inquérito policial 720/11 foi aberto para investigar as ações ocorridas naquele dia, incluindo o excesso de força policial. A Relatoria do Direito Humano à Cidade, da Plataforma DHESCA, emitiu nota condenando a agressão e pedindo a investigação da conduta do policial militar. Alertaram também ao Estado que verifique a necessidade de incluir Dito no Programa Nacional de Defensores dos Direitos Humanos.

Para falar sobre a agressão que sofreu da Polícia Militar e das principais reivindicações dos movimentos de moradia de São Paulo, a agência Brasil de Fato entrevistou o advogado. Segundo ele, a luta dos movimentos contra remoções e por mais moradia na cidade é grande e será intensificada até 2014 em razão do mega-evento da Copa Mundo. Confira.

O que você acha que motivou a agressão policial contra você?

Bom, naquela sexta-feira eu estava acompanhando uma reintegração de posse de uma comunidade numa ocupação na Alameda Nothmann. Eu fui procurado no começo da semana, e como advogado das famílias, fiz um termo de reconsideração judicial pedindo mais prazo para a reintegração, mas o pedido não foi considerado pela Justiça. Na quinta-feira à noite, eu fui até o local e fizemos uma assembléia com as famílias para explicar que teriam que deixar o local, que a polícia viria fazer a remoção e cumprir o mandado de reintegração de posse. Na sexta-feira de manhã eu estava no local, bem cedo. Por volta das 7h da manhã, a polícia militar também chegou ao local. Parte das famílias já estava fazendo a sua mudança desde a madrugada para uma favela ali perto, chamada favela do Moinho, que fica atrás da Estação Júlio Prestes. Os policiais falaram comigo, eu disse que era advogado das famílias e que eles adiassem um pouco o cumprimento do mandado porque parte das famílias não tinha para onde ir e a gente estava tentando conseguir um atendimento emergencial junto com a prefeitura. Liguei para a Secretaria de Habitação e eles me disseram que iriam avaliar a situação.

Eu disse para os policiais que aguardassem a resolução da Prefeitura porque daí as famílias teriam algo de mais concreto e sairiam do prédio. Por volta de umas 8h30, algumas pessoas disseram que as famílias que estavam dentro do prédio estavam com fome. Foi quando pensamos em comprar pão até porque tinha muitas crianças dentro do prédio. Compramos e o pessoal jogou o fio de uma bateria de celular para se amarrasse a cesta de pão e a levasse para o primeiro andar. Só que a polícia interveio, não deixou levar o pão às pessoas e disse que elas deveriam descer do prédio. Mas elas queriam comer, não queriam descer. Daí eu que estava

com a sacola de pão na mão, joguei o pão na janela e as pessoas pegaram. E lógico, comemoraram porque estavam com fome. Só que aí a polícia usou a força excessiva contra mim e mandou me prender.

Qual a sua avaliação sobre o comportamento da polícia?

Bom, eu estava ali exercendo o meu trabalho como advogado do movimento e a polícia agiu com violência, me agarrou pelo pescoço e deu uma "gravata". Eu não podia falar, mal conseguia respirar. Pensei até que eles poderiam quebrar meu pescoço da forma como fizeram. Quase perdi os sentidos, foi uma forma violenta. Mas infelizmente, nas remoções de ocupações na cidade de São Paulo com a presença da polícia militar ou da guarda civil metropolitana, têm ocorrido várias situações com esse tipo de violência, inclusive com mais violência do que foi comigo. Essa violência é um fato comum e corriqueiro em todas as desocupações de áreas públicas ou particulares contra o movimento sem-teto, contra o movimento sem-terra.

E infelizmente também não se apura, não se responsabiliza ninguém. As pessoas geralmente ficam com medo de denunciar a polícia e levar a investigação em frente. Mas quando há denúncias, como são investigadas pela Corregedoria de Polícia, acabam ficando por isso mesmo. Eu não tenho conhecimento de policial ou guarda civil que tenha sido punido por ter se excedido em ações de reintegração de posse aqui na cidade de São Paulo. A impunidade é grande. Embora o Condepe (Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana) tenha enviado à Corregedoria da Polícia Militar um pedido de apuração do ocorrido, apesar da carta da Relatoria do Direito Humano à Cidade, que é a área da plataforma DHESCA que acompanha esse processo de violação de direitos humanos no Brasil na área do direito à moradia, eu pessoalmente vejo que vai necessitar de uma pressão bem grande para que haja alguma punição nessa questão. Vai depender um pouco desse processo do inquérito policial e, no futuro, de uma ação penal.

Dito, esse descaso do poder público com a moradia popular deve ser uma das razões para tanta população de rua em São Paulo, não é mesmo?

Com toda certeza. As famílias que foram removidas do prédio da Alameda Nothmann ainda não foram atendidas pela Prefeitura, muitas pessoas ainda estão na rua até hoje na porta do prédio, aguardando uma resposta da Prefeitura. Algumas se acomodaram na favela do Moinho. A prefeitura disse que iria verificar e providenciar o atendimento. Mas realmente é um grande problema.

A gente tem na cidade de São Paulo mais de 17 mil pessoas morando em situação de rua e a gente vê que a situação é de precariedade. As remoções que estão acontecendo em grande intensidade em função dos projetos que a Prefeitura de São Paulo, desencadeou um processo maior ainda de remoção das famílias. Na região da Luz, por exemplo, onde a Prefeitura prevê o projeto Nova Luz, há casos de pensões, cortiços e prédios que já foram fechados, inclusive lacrados. Têm muitas pessoas morando na rua em função disso. Muitas, inclusive, são usuárias de drogas e estão vivendo de forma muito precária, abandonadas pela Prefeitura e pelo poder público. Mas isso é em toda a cidade. É por exemplo na região da Sé, mesmo com a repressão da guarda civil metropolitana. Se você andar pela região da Santa Cecília, nas regiões em torno do metrô Marechal Deodoro, Armênia e Ana Rosa, você vai ver a população de rua se movimentando. Na estação Paraíso e na [avenida] 23 de Maio, mesma coisa. As pessoas acabaram se espalhando pelo arco intermediário da cidade, tentando sobreviver de alguma forma. Ou seja, não só no arco central da cidade você vê pessoas morando em barracas de papel. Esse aumento da população de rua se deve mesmo à situação de despejo e de abandono com as causas sociais e com as políticas públicas da cidade e também com esses grandes projetos.

A respeito da Copa do Mundo, como os movimentos de moradia estão se articulando para enfrentar os impactos urbanos do mega-evento?

Aqui em São Paulo, nós estamos articulando o Comitê Popular da Copa, uma organização que está se reunindo mensalmente, [durante] toda a primeira sexta-feira do mês, no Sindicato dos Advogados (Rua da Abolição, 167, Bela Vista). Organizamos também um Comitê chamado "Copa pra Quem?" lá em Itaquera, que está organizando uma série de ações e fortalecendo as várias iniciativas de resistências às remoções ou à falta de transparência na preparação da Copa. Fazemos também mobilizações, como a que do dia 30 de julho na região de Itaquera, organizando seminários de transportes e de moradia na região. Estamos organizando pelo menos duas audiências públicas na Assembleia Legislativa e uma série de lutas contra os despejos, como o "Fórum das favelas".

Além disso, há a preparação de uma mobilização grande com os movimentos que estão sofrendo os impactos nas grandes cidades, na região das Águas Espraiadas, da Nova Luz, da Operação Água Branca, Rodoanel, e outros projetos em curso na cidade que estão literalmente despejando milhares de pessoas nas ruas da cidade de São Paulo. A grande imprensa fala em pelo menos 200 mil pessoas despejadas ou removidas em função desses grandes projetos, que se aceleraram em função dos jogos de 2014. Em Itaquera, por exemplo, três mil pessoas vão ser removidas daquela região e até agora nem a Prefeitura nem mesmo o Comitê Organizador Local dos jogos disseram o que vai acontecer com as famílias. Também não há nenhuma discussão transparente sobre essa questão.

A gente vê muita falta de transparência por parte do poder público, e muitos despejos, ameaças e remoção. As famílias denunciam que a Prefeitura simplesmente chega nas favelas e nas comunidades, ameaçando, fotografando as pessoas sem a sua vontade. O que a Prefeitura oferece muitas vezes é um apoio de R\$ 300 mensais por família, ou R\$ 9 mil por ano, para contribuir com o aluguel. Em alguns casos, oferece menos que isso. Nós chamamos isso de cheque-despejo porque as famílias não recebem nenhuma alternativa habitacional por parte do poder público.

Nesse sentido, qual o impacto do Programa Minha Casa, Minha Vida para famílias de baixa renda?

O programa Minha Casa, Minha Vida tem duas frentes. Uma é uma parceria do governo federal, da Caixa Econômica, da Prefeitura e das empreiteiras para viabilizar o programa. Outra frente é com as associações comunitárias. Ninguém pode dizer de forma alguma que o programa não é importante, porque ele é importante, pelo menos para encaminhar uma solução para o déficit habitacional no Brasil. O que a gente tem visto, pelo menos nas regiões metropolitanas e na cidade de São Paulo, entretanto, é o encarecimento do preço da terra, especialmente aqui, onde se tem uma grande concentração de déficit habitacional. O custo da terra tem dificultado a aceleração e a aplicação do programa. A gente tem feito uma pressão muito grande junto ao governo federal, e mesmo junto a Prefeitura e ao governo do Estado, para viabilizarem principalmente a terra. Tem alguns projetos em curso, mas a gente pode dizer que eles são insuficientes para impactar o déficit.

Mas o programa tem a ver também com a faixa de renda das famílias. O acesso ao crédito é mais difícil para famílias com salários menores, que não contam com FGTS, por exemplo?

Exatamente. Na cidade de São Paulo e na região metropolitana são recursos para famílias de renda mais alta, mas para famílias que ganham dois salários por mês, um salário e meio, faixa na qual está 80% da concentração do déficit, há uma dificuldade muito grande de viabilizar [o recurso]. Sem falar que a aprovação do projeto demora muito. Só a Prefeitura de São Paulo tem demorado cerca de dois anos para aprovar um projeto do Minha Casa, Minha Vida. E as empresas que têm maior capacidade de recurso, acabam agilizando a aprovação de recurso de famílias com renda média, ou renda mais alta, e também as famílias que ganham de zero a três salários mínimos continuam com dificuldades de acessar o programa em função da dificuldade de aprovar os projetos junto à Prefeitura de São Paulo. Inclusive nós, do movimento de moradia, fizemos no dia 26 de julho uma manifestação para pressionar a prefeitura para agilizar essas aprovações. Do ponto de vista prático, temos visto muito pouco empreendimento. E a gente quer empreendimento nas áreas mais consolidadas da cidade. Não adianta fazer só empreendimentos no anel periférico da cidade, onde é dificultado o acesso à transporte, à escola, ao trabalho, à equipamentos públicos de qualidade. A moradia digna não é só a casa, ela precisa de outros requisitos para ser considerada moradia digna.

Foi aprovada a revitalização de 53 prédios abandonados pelo Projeto Renova Centro, da Prefeitura, e que vão poder ser financiados com recursos da Minha Casa, Minha Vida. Você acha que esse projeto vai beneficiar as famílias de baixa renda ou ainda quem serão os beneficiados serão a classe média e a mais alta?

Então, há um esforço de tentar viabilizar 53 imóveis dentro do Programa Renova Centro, que é uma reivindicação histórica do movimento do centro. A grande maioria desses edifícios já foi identificada pelo movimento de moradia, inclusive esses prédios já foram ocupados pelo próprio movimento, pressionando o poder público a desapropriar e a viabilizar. Mas o que nós estamos vendo – e o discurso do Secretário [Municipal] de Habitação, Ricardo Leite, confirma isso – é que parte desses prédios vai atender famílias de renda mais alta no centro, o que eles estão chamando de combinação de demandas. Acontece que o déficit habitacional está concentrado nas famílias com rendas mais baixas. Nada contra que a Prefeitura atenda à classe média, mas com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal e com o orçamento

municipal, a Prefeitura tem que viabilizar esses empreendimentos para as famílias de renda mais baixa. O mercado imobiliário pode dar conta das famílias de renda mais alta. Outra coisa, entretanto, é que está tendo muito discurso. Eu sou conselheiro municipal de habitação e o Renova Centro já faz mais de um ano e meio que a Prefeitura anunciou, e até agora só três prédios foram desapropriados. E um dos prédios, a Prefeitura doou para artistas idosos, que não têm renda. Nada contra esses artistas acessarem os prédios, mas é que há uma luta muito grande dos movimentos de moradia do centro de São Paulo para que os prédios atendam às famílias de baixa renda. A prefeitura tem que priorizar o Renova Centro para famílias com até três salários mínimos e atender a demanda do movimento sem-teto, que está reprimida há muito tempo. Há anos tem gente aguardando essa moradia em acampamentos e essa moradia não sai.

Qual a perspectiva a curto e médio prazo para os movimentos de moradia popular de São Paulo e da região metropolitana?

Bom, o maior desafio para os movimentos é continuar a luta para viabilizar os empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida para a população de baixa renda. De fato, há recursos expressivos nos cofres do governo para isso. Outra questão é parar a onda de despejo em toda a cidade. E quando acontecer remoções e reintegração de posse, [agir para] que a prefeitura possa prestar um rápido atendimento. Já a prioridade do movimento é fortalecer a luta e o debate com o Comitê Popular da Copa, em função dos grandes projetos em curso na cidade para 2014. O fortalecimento do comitê popular, da sociedade civil, do movimento popular organizado, essa articulação com outros movimentos, é fundamental não só para barrar despejos, mas discutir a aplicação desses recursos que são muito grandes. Estão se falando agora da construção de um terceiro terminal do Aeroporto de Guarulhos, e que deve remover mais sete mil famílias da região. Vamos acompanhar e monitorar essa questão e também acompanhar o plano diretor do município de São Paulo, em relação às Zonas Especiais de Interesse social (Zeis). Pelo menos dentro das operações urbanas, nós temos visto o mercado imobiliário falando que as Zeis são um obstáculo ao avanço dos negócios imobiliários. Nossa agenda é intensa e até 2014 [estamos] com muitas frentes de luta.

Com a Copa deve aumentar a repressão aos movimentos de moradia. Como vocês estão se preparando para isso?

Bom, a própria relatora da ONU, Raquel Rolnik, está dizendo que na cidade onde acontecerão os jogos está se instalando um verdadeiro estado de exceção. Os desafios em relação à Copa são muito grandes, considerando não só que haverá uma repressão muito grande aos movimentos sociais organizados, como também àquelas pessoas pobres, pequenos comerciantes da região de Itaquera que não vão poder vender suas mercadorias próximas ao estádio. A Fifa, durante a realização dos jogos, tem inclusive uma polícia própria, que pode fazer prisões e tudo mais. Temos que explicar para a população que elas não vão poder participar ou acompanhar os jogos. Eles não vão conseguir nem chegar perto do estádio em 2014.

Quem é?

** Benedito Barbosa é filiado ao PT, advogado da União dos Movimentos de Moradia e há 15 anos integra a Central dos Movimentos Populares (CMP). Desde 1980 milita a favor da causa da moradia digna e popular em São Paulo e região metropolitana. Dito integra o Comitê Popular da Copa em São Paulo.*

Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/node/7296>

Em Foco V

Ato lembra os 90 anos de Paulo Freire

Solenidade ocorrerá nesta quinta-feira (01) na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

**30/08/2011
Da redação**

O educador Paulo Freire será homenageado em um ato solene na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. O evento ocorrerá nesta quinta-feira (01), às 19h, no Auditório Franco Montoro (Avenida Pedro Álvares Cabral, 201).

A homenagem ao educador, que completaria 90 anos em 19 de setembro, contará com a participação da Profª Dra. Ana Maria Araújo Freire, viúva de Paulo Freire; Profª Dra. Heloísa de Faria Cruz (CEDIC/PUC-SP); Marcelo Zelic (Armazém Memória); Profª Dra. Ana Maria Saul (Cátedra Paulo Freire da PUC-SP); e Profª Dra. Lisete Arelaro (Faculdade de Educação da USP).

História

Natural de Recife, Pernambuco, Paulo Freire é considerado um dos maiores educadores do século XX. Nascido em 19 de setembro de 1921 em Recife, era filho de Joaquim Temístocles Freire, capitão da Polícia Militar de Pernambuco e de Edeltrudes Neves Freire, Dona Tudinha, e teve três irmãos.

Sua família fazia parte da classe média, mas Freire vivenciou a pobreza e a fome na infância durante a depressão de 1929, uma experiência que o levaria a se preocupar com os mais pobres e o ajudaria a construir seu revolucionário método de alfabetização. Por seu empenho em ensinar os mais pobres, Paulo Freire tornou-se uma inspiração para gerações de professores, especialmente na América Latina e na África.

O educador procurou fazer uma síntese de algumas correntes do pensamento filosófico de sua época, como o existencialismo cristão, a fenomenologia, a dialética hegeliana e o materialismo histórico. A partir de suas primeiras experiências no Rio Grande do Norte, em 1963, quando ensinou 300 adultos a ler e a escrever em 45 dias, Paulo Freire desenvolveu um método inovador de alfabetização, adotado primeiramente em Pernambuco.

Em 1946, Freire foi indicado ao cargo de diretor do Departamento de Educação e Cultura do Serviço Social no Estado de Pernambuco, onde iniciou o trabalho com analfabetos pobres. Também nessa época aproximou-se do movimento da Teologia da Libertação.

Em 1961 tornou-se diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife e, no mesmo ano, realizou junto com sua equipe as primeiras experiências de alfabetização popular que levariam à constituição do Método Paulo Freire - que propõe e estimula a inserção do adulto em seu contexto social e político.

Em resposta aos eficazes resultados, o governo brasileiro de João Goulart aprovou a multiplicação dessas primeiras experiências em um Plano Nacional de Alfabetização, que previa a formação de educadores em massa e a rápida implantação de 20 mil núcleos (os "círculos de cultura") pelo país.

Em 1964, meses depois de iniciada a implantação do Plano, o golpe militar extinguiu esse esforço. Freire foi encarcerado por 70 dias. Em seguida passou por um breve exílio na Bolívia e no Chile. Durante o exílio chileno, publicou no Brasil seu primeiro livro, "Educação como Prática da Liberdade".

Depois de passagens por Estados Unidos e Europa, Freire retornou ao Brasil em 1980. Filiou-se ao Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo e atuou como supervisor para o programa do partido para alfabetização de adultos de 1980 até 1986. Quando o PT venceu as eleições municipais paulistanas de 1988, iniciando-se a gestão de Luiza Erundina (1989-1993), Freire foi nomeado secretário de Educação da cidade de São Paulo, cargo que exerceu de 1989 a 1991.

Freire morreu de um ataque cardíaco em 2 de maio de 1997, no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, devido a complicações em uma operação de desobstrução de artérias.

O educador recebeu importantes prêmios como Educação para a Paz (das Nações Unidas, 1986) e Educador dos Continentes (da Organização dos Estados Americanos, 1992).

Fonte: <http://brasildefato.com.br/content/ato-lembra-os-90-anos-de-paulo-freire>

Espaço Aberto I

Para além da Juíza – avança o Estado de Polícia

**Marco Antônio Vieira e Sá¹
Caroline Souza de Castro²**

“El modelo policial militarizado, jerarquizado, de ocupación territorial y con capacidad de recaudación autónoma está agotado en la globalización (...) Es un modelo suicida, que servió para una sociedad estratificada y oligárquica, pero que hoy destruye una institución necesaria...” E. R. Zaffaroni- La palabra de los muertos³

Não são pouco frequentes os casos de policiais militares envolvidos em homicídios no Rio de Janeiro, em serviço ou à paisana. Muitas dessas mortes não são sequer noticiadas, outras são apresentadas pelos jornais como naturais, decorrentes do confronto com varejistas de substâncias ilícitas. Nos últimos meses, dois desses casos tiveram destaque na mídia, por razões diversas: a morte do menino Juan e a execução da juíza Patrícia Acioli.

Em 20 de junho de 2011 ocorreu uma operação policial na favela Danon, em Nova Iguaçu, que terminou com a morte de um jovem. Fatalidades como essa são comuns nas comunidades pobres fluminenses, tendo dois desfechos mais comuns: o desaparecimento do corpo ou o arquivamento do auto de resistência pelo Ministério Público, sem a propositura de ação penal, que o desembargador Sérgio Verani bem conceituou como uma prática ideológica do direito penal.⁴ Esta morte, no entanto, viria a ser mais noticiada que as demais, por duas razões: o corpo de Juan de Moraes foi encontrado e o jovem tinha apenas onze anos.

Já Patrícia Acioli não foi morta por engano de policiais em serviço. Pelo contrário: a juíza da 4ª Vara Criminal de Niterói foi executada com 21 tiros por homens que a esperavam na porta de sua casa, na região oceânica de Niterói, na madrugada de 11 de agosto. Nesse caso, tratando-se de uma autoridade judiciária, já era esperado que o fato fosse muito noticiado nos dias seguintes.

¹ Marco Antônio Vieira e Sá é graduando em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista-pesquisador de EIC do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).

² Caroline Souza de Castro é graduanda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista-pesquisadora de EIC do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).

³ ZAFFARONI, Eugenio Raul. *La palabra de los muertos- Conferencias de criminología cautelar*. Buenos Aires: Ediar, 2011. Página 510.

⁴ VERANI, Sérgio de Souza. *Assassinatos em nome da lei. Uma prática ideológica do direito penal. Tese (Livro Docência em Direito Penal)- Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro*

De acordo com as investigações, o homicídio foi cometido por policiais envolvidos em grupos de extermínio de São Gonçalo que foram ou estavam por ser julgados pela magistrada, que constaria em lista de marcados para morrer. Uma lista foi encontrada com Wanderson da Silva Tavares quando foi preso em janeiro deste ano. O Gordinho, como é conhecido, é acusado de ser chefe de uma milícia em São Gonçalo. O Estado detinha o conhecimento do risco que a juíza estava submetida e não tomou as devidas providências.

As milícias são grupo paramilitares que oferecem serviços de gás, TV a cabo, transporte de vans, dentre outros, obrigando os moradores a adquirir estes serviços, inclusive “serviços de segurança”. São compostas principalmente por policiais militares em serviço ou ex- policiais militares, agentes penitenciários, bombeiros, secretários do Estado, vereadores e deputados, que dominam territórios pautados na violência e na coerção.

São os próprios agentes do Estado que alimentam a dinâmica do crime, e o Estado incorpora sua dinâmica quando se omite das investigações e tomada de medidas de combate a esta privatização da segurança dentro do poder público. É o próprio crime incorporado no Estado, e por isso as milícias são tão perniciosas e conseguem sobreviver mesmo às políticas de segurança pública apresentadas para combater o tráfico armado, materializadas nas UPP's. Com exceção da favela do Batan, nenhuma área dominada por milícia, teve uma unidade de Polícia Pacificadora.

Na mídia, duas abordagens foram as mais comuns ao noticiar o homicídio da juíza. As primeiras notícias se focaram na questão da necessidade de escolta policial para autoridades que estivessem sob ameaça de morte. Destacou-se que eram poucos os juízes que dispunham desse serviço. Chegou-se ao extremo de culpar a juíza por sua morte, após a notícia propagada pelo TJ e que logo seria desmentida de que Patrícia teria recusado a proteção. Foram tantos os boatos que o defensor público José Augusto Garcia Sousa viria a escrever nota pública desmentindo os boatos e denunciando o fato de que uma notícia que dera sobre esse assunto para o Jornal da Record teria sido impedido de ir ao ar pela direção nacional da emissora.⁵

A outra abordagem- que vinha sendo pouco freqüente nos noticiários fluminenses- criticava a política de segurança pública, não em sua totalidade, mas na questão específica dos grupos de extermínio. Uma reportagem do jornal O Globo, de 13 de agosto de 2011, chegou a relacionar a morte de Patrícia à falta de policiamento em São Gonçalo, ignorando o fato de que a juíza fora morta por policiais. Como diz o professor Zaffaroni em seu mais recente livro, “a criminologia oscila: em algumas ocasiões dá eco ao discurso policial que atribui o fracasso às garantias penais e em outras o atribui à corrupção ou à ineficácia policial”.⁶

Essas duas abordagens, no entanto, deixam de lado a questão mais relevante por trás do assassinato de Patrícia Acioli: o avanço do estado de polícia sobre o estado de direito. Como ensinam os professores Nilo Batista e Zaffaroni, “em qualquer tipo de poder político institucionalizado em forma de estado, o estado de direito e o estado de polícia coexistem e lutam, como ingredientes que se combinam através de medidas diversas e de modo instável e dinâmico.”⁷

⁵ José Augusto de Sousa Garcia- Patrícia Acioli, *Judiciário e Verdade*

⁶ ZAFFARONI, Eugenio Raul. *La palabra de los muertos- Conferencias de criminologia cautelar*. Buenos Aires: Ediar, 2011. Página 510. (Tradução nossa)

⁷ BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio Raul; et al. *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. Página 95

Este triste episódio nos permite analisar como esta dinâmica do crime é funcional quando incorporada pelo Estado. O avanço do estado policial, simbolizado pelo assassinato de um membro do poder judiciário por policiais que deveriam ser limitados pelo próprio judiciário, acontece não só através do controle territorial armado empreendido por grupos paramilitares formados por policiais, mas por todo tipo de política que aponta para um modelo de polícia militarizada, hierarquizada, de ocupação territorial e com excessiva autonomia.

Referências Bibliográficas:

BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio Raul; et al. *Direito Penal Brasileiro: primeiro volume. Rio de Janeiro: Revan, 2003.*

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.*

VERANI, Sérgio de Souza. *Assassinatos em nome da lei. Uma prática ideológica do direito penal. Tese (Livre Docência em Direito Penal)- Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro*

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *La palabra de los muertos- Conferencias de criminologia cautelar. Buenos Aires: Ediar, 2011.*

Espaço Aberto II

Trabalho escravo em confecções de São Paulo

Áurea Feitor⁸
Juliana Scansetti⁹

Em agosto de 2011 o mundo foi surpreendido por um acontecimento que por muitas vezes é ignorado pela sociedade, em especial a capitalista. A famosa rede de lojas espanhola Zara foi acusada de financiar o trabalho escravo e infantil no Brasil, mais precisamente na Cidade de São Paulo.

O flagrante aos Direitos Humanos aconteceu no Centro de São Paulo e também na Zona Norte, onde foram encontradas pessoas, em sua maior parte estrangeira, trabalhando nas mais precárias condições de trabalho, e para o agravamento destas condições jovens entre 13 e 14 anos foram encontrados no local. Para degradar mais a situação na qual estes trabalhadores se encontravam, para a livre

⁸ Áurea Feitor é graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista-pesquisadora EIC/UERJ do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).

⁹ Juliana Scansetti é graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista-pesquisadora de Extensão do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).

circulação entre a rua e a “fábrica”, que também servia de moradia, era necessária uma espécie de autorização de um capataz.

Em um mundo capitalista perverso, os valores e o respeito pelos Direitos Humanos encontram-se deturpados, violados a favor dos interesses do capital. O que mais nos parece ser é que a tão moderna sociedade capitalista está retrocedendo aos obscuros primórdios da Revolução Industrial, onde crianças e mulheres cumpriam extensas jornadas de trabalho em fábricas. Na verdade esses abusos nunca deixaram de existir, apenas ficaram menos visíveis. Infelizmente não existe só na Zara outras grandes marcas também utilizam desse tipo de “trabalho” para se beneficiar e acabar não gastando tanto dinheiro com contratos e impostos.

De acordo com o UOL Notícias de São Paulo a Zara assinou um termo de combate ao trabalho escravo que caso não seja cumprido terá que pagar uma multa de R\$ 50 mil. Só esperamos que este absurdo não volte a acontecer, e que as buscas continuem, porque não dá pra continuar com esse abuso em pleno século XXI.

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/19/zara-assina-termo-de-combate-ao-trabalho-escravo-que-preve-multa-de-r-50-mil-para-cada-fornecedor-irregular.htm>

Espaço Aberto III

(Des)aparecimento de Juan: a ponta do *Iceberg*

*Fernanda Salete Faustino de Souza*¹⁰
*Simone Ramos de Queiroz Silva*¹¹

A morte de Juan Moraes, aos 11 anos, durante uma operação policial na Favela Danon, em Nova Iguaçu, em junho de 2011, foi um marco na política de segurança do Rio de Janeiro. Juan compôs assim dois quadros estatísticos da cidade do Rio de Janeiro: o de vítima de operação policial e o de desaparecidos que foram mortos. A morte de Juan demonstrou as circunstâncias nada conformes dos “autos de resistências” registrados por alguns PMs. Mesmo uma perícia realizada oito dias depois revelou que, no local, só havia balas das armas dos policiais. Com o escândalo, a Polícia Civil baixou uma portaria exigindo mais rigor nas investigações dos autos de resistência. Mas foi a ocultação do cadáver de Juan, que escancarou mais uma vez uma prática freqüente no Estado do Rio de Janeiro: o desaparecimento de corpos, herança de nosso passado presente que foi a Ditadura.

¹⁰ Fernanda Salete Faustino de Souza é graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista-pesquisadora IC/UERJ do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).

¹¹ Simone Ramos de Queiroz Silva é graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista-pesquisadora CNPq do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC).

Enquanto o governador do Rio de Janeiro comemora a redução de 11,4 % de homicídios no primeiro semestre de 2011 em relação ao mesmo período de 2010, o número de desaparecidos continua com números exponenciais. Aumentou de 2.643, em 2010, para 2.879, em 2011, ou seja, 9%. E nessa conta não entram os cadáveres e ossadas encontradas no estado, número que foi 329 em 2010 para 299 em 2011, a maioria dos quais enterrados como indigentes, sem sequer um cruzamento com os registros de desaparecidos.

Na cidade do Rio de Janeiro, uma média de 200 pessoas por mês tem seus sumiços registrados nas delegacias. Embora cerca de 70% dos desaparecidos reapareçam, já que na categoria entram os jovens que fogem de casa e os idosos que se perdem na rua. É importante registrar também que muitos desaparecidos não são registrados. Lembremos o a invasão do Complexo do Alemão, no ano de 2010, onde os números divulgados de mortos foram duramente suprimidos pelas autoridades do Estado do Rio de Janeiro e poucos foram os casos em que as famílias registraram ocorrência por medo da polícia, por saberem que a vítima morreu e não tem expectativa de encontrá-la com vida.

O termo “desaparecido” expressão da violência no Brasil, toma visibilidade primeiramente através dos presos políticos, a maioria dos quais, filhos de famílias da classe média, se organizaram em grupos como o “Tortura Nunca Mais” e denunciam desde a redemocratização do país o número de desaparecidos políticos, sendo ao todo 379 desaparecidos políticos no Brasil, presumidamente mortos pela repressão.

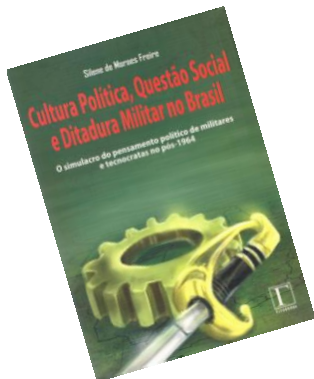
Segundo do Instituto Nacional de Segurança Pública (INSP), sobre desaparecidos no pós-ditadura em cima das ocorrências registradas do ano de 2007, concluiu-se que cerca de 71,3% dos desaparecidos haviam reaparecido vivos, 14,7% não reapareceram; 6,8% reapareceram mortos, 4,4 % não obteve informação; e 2,9% tiveram seu registro de desaparecimento não confirmado pela família. Fazendo uma estimativa com o índice – considerado subestimado - de 6,8% de desaparecidos comprovadamente assassinados em relação ao universo dos casos registrados de 2000 a junho de 2011, que é a cifra de 54.479, daria 3.704 casos, praticamente dez vezes a mais de vítimas do que no tempo da ditadura.

O desaparecimento de corpos de pessoas assassinadas é uma prática comum “no repertório da violência urbana” do Rio de Janeiro. Esses casos não são geralmente investigados porque “se não há corpo, não há crime”, no dizer dos delegados e policiais.

Entretanto há de se atentar para quem são as vítimas dessa violência, uma vez que a maior parte dessas são pobres, moram em territórios dominados pelo tráfico ou pela milícia e se sentem intimidados na delegacia, reféns do medo difundido pela coerção utilizada para com os pertencentes às classes subalternizadas.

Desse modo o que temos é a perpetuação de uma cultura política de passivização, do uso da força letal para os considerados pela ideologia disseminada como favelados, “supérfluos”, sobrantes para o capital. Tal perspectiva vem atrelada ao consenso perpetuado de que os desaparecimentos são cotidianos. Contudo, as marcas contemporâneas da barbárie, nos mostram uma junção entre o autoritarismo típico do período ditatorial e as novas formas antidemocráticas exercida pelo Estado quando nega os atos de violência praticados por suas instituições.

Livros/Lançamentos



FREIRE, Silene de Moraes. Cultura Política e ditadura Militar no Brasil: o simulacro do pensamento político de militares e tecnocratas no pós-1964. Rio de Janeiro, Gramma, 2011.

“Este livro se inscreve na documentação a que é imprescindível recorrer para uma quadra tão particular (e tão monstruosamente importante) da história brasileira. Contribui para o cidadão “comum” (re) construir a memória do passado recente e para o “especialista” interessado na exploração de mais pistas fecundas para examinar a nossa história. E fica saliente, nesta prosa clara, direta e informada, que a autora não revisita os ‘anos de chumbo’ com o olho do arqueólogo: ela perscruta o ciclo ditatorial a partir de uma concepção teórica de fundo na qual a história (para retomar o pensamento de Mário de Andrade) não aparece como exemplo – surge como exemplo – surge como lição” (Prof. Dr. José Paulo Netto)

“Estudos sobre cultura política brasileira são sempre reveladores. Sobretudo quando remetem ao conhecimento de um passado recente ainda não suficientemente aclarado pelas ciências sociais no Brasil. A relevância deste livro de Silene Freire situa-se principalmente no fato de oferecer uma releitura do pensamento político de militares e tecnocratas durante o período da ditadura militar, inaugurada com o Golpe de 1964, destacando sua consonância com os rumos pretendidos para o capitalismo no Brasil, modelando uma “tendência de desenvolvimento econômico, social e político”, para enfrentamento da “questão social”, e suas expressões. Utilizando Gramsci como autor-referência, dentro de uma vasta bibliografia que revigora a exposição, o estudo revela nexos não espontâneos desse grupo de pensadores com a instrumentalidade do autoritarismo como elemento capaz de construir “pelo alto” uma sociedade alijada de possibilidades democráticas” (Profa. Dra. Lúcia de Barros Freire)



MARX, Karl. Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo, Boitempo, 2011.

Muito mais que “esboços” ou adiantamento da obra maior de Karl Marx, os três manuscritos econômicos de 1857-1858 que compõem os quase lendários Grundrisse constituem patrimônio das ciências humanas de inestimável valor. Parte de uma luta ideológico-política pela exclusividade do “verdadeiro” Marx, a obra somente veio à luz já na primeira metade do século XX, em virtude dos conflitos centrados no controle que o Partido Comunista da ex-URSS exerceu sobre os escritos não divulgados do filósofo alemão. Considerados inicialmente espécie de amostra ou work in progress do que viria a ser a obra central de Marx, sabe-se hoje que examinar os Grundrisse é como ter acesso ao laboratório de estudos de Marx no curso de sua extensa atividade intelectual, o que permite acompanhar a evolução de seu pensamento, as áreas específicas de interesse que deles se desdobram, e, sobretudo, compreender no detalhe o seu método de trabalho.

Publicada integralmente e pela primeira vez em português, esta obra crucial de Marx para o desenvolvimento de sua crítica da economia política consiste em três textos bastante distintos entre si em natureza e dimensão. O primeiro, que só mais tarde o filósofo intitularia “Bastiat e Carey”, foi escrito em um caderno datado de julho de 1857. O segundo, contendo o que seria uma projetada Introdução à sua obra de crítica à economia política, é de um caderno de cerca de trinta páginas, marcado com a letra M e redigido, ao que tudo indica, nos últimos dez dias de agosto de 1857. O terceiro manuscrito, e o mais extenso, compreende a obra póstuma de Marx que ficou conhecida como Esboços da crítica da economia política, ou simplesmente Grundrisse, conforme o título da edição alemã. Tal texto consiste em dois capítulos (“Capítulo do dinheiro” e “Capítulo do capital”) distribuídos em sete cadernos numerados de I a VII. política. Ele aborda ainda o significado da democracia e do Estado e a questão da representação, sobretudo a do(s) partido(s) e dos conselhos.

(FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história. EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010, 388 p.)

Agenda Acadêmica

XXVIII CONGRESO ALAS - CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA

Data: 06 a 10 setembro de 2011

Local: Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE

Informações: <http://www.alas2011recife.com/>

Tema: “Fronteiras Abertas da América Latina”

No dia 06 de setembro, primeiro dia do XVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, ocorrerá a reunião conjunta e oficial da Sociólogos Sem Fronteiras na América Latina e ALAS JOVEM / Red Nacional de Estudiantes de Sociología/México.

A atividade reunirá membros da Sociólogos Sem Fronteiras e estudantes, incluindo Paulo Martins, Presidente da Sociólogos Sem Fronteiras Latino América, e Carlos López López Secretario General Red Nacional de Estudiantes de Sociología y miembros del Comité Nacional de esta organización que estão convidando seus associados e todos os demais interessados participantes da ALAS Recife 2011 para assistir às apresentações e discussões

DEBATE: “DA DITADURA MILITAR AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA EM TEMPOS NEOLIBERAIS: O SIMULACRO DA ‘PACIFICAÇÃO’ BRASILEIRA”

Data: 27 de outubro de 2011

Local: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, auditório 91, as 19h

Informações: www.proealc.uerj.br

O debate será coordenado pela Profa. Dra. Silene de Moraes Freire, coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC), e contará com a participação do Deputado Estadual Marcelo Freixo e do sociólogo José Claudio Souza Alves.

O enfoque central do debate é abordar traços da cultura política autoritária brasileira e de seu Estado arbitrário e punitivo, desde os desaparecimentos na ditadura militar, até as atuais chacinas "profiláticas" em tempos de propostas "pacificadoras" de segurança pública, sobretudo dos jovens pobres e negros.

35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**Data: 24 a 28 de outubro de 2011****Local: CAXAMBU****Informações: <http://www.anpocs.org.br>**

A ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1977, para aglutinar e representar centros de pesquisa e programas de pós-graduação que atuam no campo das Ciências Sociais. Com uma participação inicial de 14 centros e/ou programas, conta hoje com a filiação de 86 instituições que têm na Sociologia, na Antropologia e na Ciência Política seu campo de atuação. Diferentemente de outras associações científicas, a ANPOCS filia sócios institucionais, e não pesquisadores individuais.

A inscrição no 35º Encontro Anual da ANPOCS permite a presença em toda e qualquer atividade acadêmica, exceto nos Cursos pagos à parte.

I SEMINÁRIO DE PESQUISA JUVENTUDES E CIDADE**Data: 6 e 7 de Outubro de 2011****Local: Universidade Federal de Juiz de Fora, na cidade de Juiz de Fora/ Minas Gerais, Brasil.****Informações: www.ufjf.br/nugea**

O evento é organizado pelo Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (DEGEO/UFJF), PPGEU/UFJF, Departamento de Serviço Social do Pólo Universitário de Campos dos Goytacazes da UFF e curso de Geografia da UNESP/Presidente.

Tem como finalidade reunir alunos de graduação, pós-graduação, pesquisadores e professores de diferentes campos disciplinares que desenvolvam trabalhos voltados a discussão da espacialidade da condição juvenil, com enfoque para a relação entre juventudes e cidade.

XII CONGRESSO INTERNACIONAL DE FOMERCO**Data: 14 a 16 de setembro de 2011****Local: UERJ, campus Maracanã, Rio de Janeiro/RJ****Informações: <http://www.fomerco.com.br/>**

O XII CONGRESSO INTERNACIONAL DE FoMERCOSUL, que tem por tema 20 ANOS DE MERCOSUL, ocorrerá na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), campus Maracanã, entre os dias 14, 15 e 16 de setembro de 2011.

O Fórum Universitário Mercosul (FoMerco) é uma rede acadêmica de Universidades Sul-americanas que se reúne anualmente para discutir e analisar as implicações, as trajetórias, os problemas e os avanços relativos ao processo de integração do Mercosul.

O FoMerco é uma associação civil, sem fins lucrativos, aberta à adesão e participação das instituições de ensino superior (IES) ou órgãos acadêmicos que se dediquem plena ou parcialmente a atividades relacionadas com o Mercosul e/ou a integração latino-americana.

É finalidade do Fórum promover o intercâmbio entre IES e instituições de pesquisas, através de atividades de cooperação que contribuam para o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa, da extensão e da prestação de serviços referidos ao Mercosul.

Expediente

Reitor

Prof. Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitora

Prof^a Maria Christina Paixão Maioli

Sub-reitora de Graduação

Prof^a Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa

Prof^a Monica da Costa Pereira Lavalley Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura

Prof^a Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Prof. Domenico Mandarino

Coordenadora do PROEALC

Prof^a Dra. Silene de Moraes Freire

Editora Responsável

Prof^a Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial

Margareth Doherty (PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção

Andréia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)

Anísio Borba (PROEALC/CCS/UERJ)

Colaboradores

Aurea Feitor (PROEALC/CCS/UERJ)

Caroline Souza de Castro (PROEALC/CCS/UERJ)

Fernanda S. F. de Souza (PROEALC/CCS/UERJ)

Juliana Scansetti (PROEALC/CCS/UERJ)

Marco Antônio Vieira e Sá (PROEALC/CCS/UERJ)

Simone R. de Queiroz Silva (PROEALC/CCS/UERJ)

Projeto Gráfico

Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)

Diagramação

Anísio Borba (PROEALC/CCS/UERJ)

Assessoria de Informática

Anísio Borba (PROEALC/CCS/UERJ)

Revisão

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.